

Aula:
O PROBLEMA DA AÇÃO
14/08/2006

Prof. Gustavo Bertoche

Visite a página da Oficina de Filosofia:

<http://oficinadefilosofia.wordpress.com>

Edição do Autor
© 2006 - Gustavo Bertoche

A distribuição deste texto online é permitida desde que sejam respeitados a primazia do Autor e seus copyrights.
Não distribua sem citar fonte, não venda, não re-edite o texto.

Para entrar em contato com o autor:

gusbertoche@gmail.com

O PROBLEMA DA AÇÃO

MIGUEL, LUCIA HELENA E O MENDIGO
Gustavo Bertoche

Na noite chuvosa, Miguel dirige seu carro em alta velocidade. Volta, com Lucia Helena, sua namorada, da festa de aniversário de um amigo da faculdade.

Miguel está feliz. Reencontrou velhos colegas e boas amigas, se divertiu com os casos, com as piadas, com os maneirismos dos companheiros, deixou Lucia Helena à vontade.

O ar noturno faz bem a Miguel, especialmente quando chove. Ele adora dirigir à noite. Com menos trânsito, pode andar um pouco mais rápido que o normal – e o carro gosta de acelerar!

Não foi à toa que equipou seu carro. Trocou as rodas e os pneus por tipos mais esportivos, mais largos e de perfil baixo, rebaixou duas polegadas a suspensão, pôs filme escuro nos vidros e nos faróis, alterou o escapamento para que o ronco do motor fique mais gostoso. Agora, todo passeio, mesmo que rápido, mesmo que até a esquina, é uma viagem. Miguel tem certeza de que todos olham para seu carro modificado, tunado, exclusivo. Nem parece que é um modelo 93.

Hoje, é mais gostoso correr do que era antes de mexer nele. Agora o carro pede! O carro quer mais!

Enquanto afunda o acelerador pelo asfalto brilhante, Miguel olha para Lucia Helena. Ela não fala nada, está ouvindo a música e curtindo, ah, Lucia Helena. “Se você soubesse, Lucia Helena, que tudo o que eu faço, eu faço pra te deixar feliz...” Miguel sabe que ela gosta de andar em carro tunado, com um som potente... e qual mulher não gosta? Sabe que ela gosta de música da moda, que gosta de sair à noite. Lucia Helena gosta dele, do Miguel cheio de amigos, do Miguel que não é passado para trás, do Miguel que é gente boa mas também é esperto. “Adoro mostrar pra ela que eu dirijo bem”, pensa, enquanto faz uma ultrapassagem numa curva fechada e controla a derrapagem na pista encharcada.

Miguel não entende por que o carro não responde, enquanto Lucia Helena, dizendo seu nome, cai por cima dele.

* * *

Lucia Helena namora Miguel há dois anos. Se conheceram numa festa da faculdade. Coincidência: os dois moravam no Méier! Ele estuda Geografia, ela se formou em Letras no ano passado.

A festa de aniversário do amigo de Miguel foi divertida. Mas Lucia Helena não gosta quando ele fica de pileque, porque começa a falar demais, a contar intimidades, a ficar cheio de graça para com todo mundo. Por isso, fingiu cansaço e pediu para ir embora.

Agora, pensa que teria sido melhor ficar mais um tempo, deixar a chuva passar. Tempestade de verão passa logo, mas enquanto dura é assustadora. Venta muito, tem trovões, raios e muita água.

E, para piorar, Miguel de novo está correndo. Lucia Helena está tensa, calada, fica de cara feia, olhando fixo adiante, para que seu namorado perceba que ela não está gostando nada da brincadeira. Miguel olha para ela, sorri e acelera ainda mais. “Que raiva! Será que ele não vai crescer nunca?”

E essa música... Há dois anos Miguel namora com Lucia Helena, há dois anos Lucia Helena tem que agüentar música ruim tocando alto no carro... Nunca falou nada, porque sabe que poderia magoar seu namorado, mas acha tudo relacionado a seu carro tão cafona... Lucia Helena gosta do Miguel carinhoso com a mãe, do Miguel que brinca com os sobrinhos, que sempre tem uma surpresa carinhosa. Para ter esse Miguel, ela decidiu que compensa conviver com o Miguel que parece um adolescente com mal-gosto.

Contudo, Miguel hoje está exagerando. Lucia Helena começa a ter medo, seu namorado está guiando rápido demais. “Miguel, tá chovendo tanto... Miguel, vai mais devagar... Miguel, vai mais deva-

gar!” Ele sorri. Entra numa curva à direita acelerando. Lucia Helena cai para a esquerda. “Miguel!”

* * *

No local do acidente, o perito faz perguntas a um mendigo, debaixo de uma marquise, que viu o que aconteceu. “Era um pega, doutor. O carro preto foi passar o cinza só que não conseguiu”.

O perito anota que o carro aquaplanou, provavelmente devido à velocidade e aos pneus fora da especificação. Pneus mais largos, como os que equipavam o automóvel acidentado, favorecem a aquaplanagem e dificultam o controle do veículo em pista encharcada.

A informação do mendigo anotada pelo perito e pelos policiais é valiosa. Como a moça no banco do carona morreu no local, o motorista será processado por homicídio culposo.

Enquanto o motorista é socorrido, o mendigo está irado. “Assassino, fazendo pega na chuva, assassino. Uma moça tão bonita.”

* * * * *

No encontro anterior, nossa discussão caminhou para a questão da ação e da responsabilidade humana – tema sobre o qual trataremos hoje.

No conto *Miguel, Maria Lúcia e o mendigo* ficamos diante de um problema que, aparentemente, é de natureza moral: qual a responsa-

bilidade de Miguel na morte da namorada? E qual a responsabilidade de Lucia Helena? Miguel *matou* Lucia Helena?

Houve um fato: o carro no qual Miguel e Lucia Helena viajavam sofreu um acidente. Contudo, da simples descrição do fato não podemos dizer o acidente foi causado por Miguel. Afinal, são infinitas as maneiras que um automóvel pode se acidentar.

Ou seja: não podemos, a princípio, afirmar nada a respeito da responsabilidade moral de Miguel a partir simplesmente do fato de que seu carro bateu.

Como podemos, então, discutir a responsabilidade individual das pessoas? Como decidir se uma pessoa é responsável ou não pelos eventos que causa?

Paul Ricoeur afirma que antes de investigar o estatuto ético da ação é necessário investigar a própria ação, constituir uma *filosofia da ação*. Para Paul Ricoeur (*O discurso da ação*, Lisboa: Edições 70, 1998, p.11), a filosofia da ação é “uma investigação prévia à própria ética, a saber, uma descrição e uma análise dos discursos em que o homem *diz* o seu *fazer*, abstraindo do louvor e da censura pelos quais qualifica o seu dever em termos de moralidade”.

O que é, portanto, uma ação? A ação é, por definição, o que o agente *faz* – em oposição ao que *acontece* a um agente.

Vejamos três frases diferentes relacionadas ao conto que lemos.

- Está chovendo.
- Miguel acelera o carro.
- Miguel perde o controle do carro, que conseqüentemente bate, causando a morte de Lucia Helena.

A primeira frase narra um acontecimento. Se chove, não é pela vontade de alguém, não é porque alguém faz alguma coisa. Simplesmente chove. Logo, a primeira frase não descreve uma ação, porque não tem um *agente*.

A segunda frase narra claramente uma ação. Miguel acelera o carro porque quer. Miguel deseja e realiza um gesto para acelerar o carro.

A terceira frase é mais complicada. A perda de controle do carro por Miguel, fato que causa a morte de Lucia Helena, é um acontecimento ou uma ação?

Precisamos de um critério para decidir o que é uma ação e o que não é – precisamos esclarecer quando podemos dizer que o agente fez alguma coisa e quando alguma coisa aconteceu ao agente.

Em primeiro lugar, podemos nos perguntar: é a presença de humanos que define a ação? A resposta é negativa. Podemos ter um evento no qual pessoas estejam presentes mas não realizem ação. Por exemplo: se o carro de Miguel tiver batido por falha nos freios, então não é correto dizer que Miguel realizou a ação de bater.

Em segundo lugar, podemos nos perguntar: é a presença de movimentos físicos que define a ação? Novamente, a resposta é negativa. Podemos, novamente, ter um evento no qual se realize um movimento físico, mas não se realize uma ação. Exemplo: quando Miguel entra na curva em alta velocidade, Lucia Helena cai sobre Miguel. O movimento de Lucia Helena não pode ser definido como ação, visto que foi involuntário.

Finalmente, temos a pista para encontrar o critério que define a presença de uma ação. Se o acidente tivesse sido causado não pelo efeito da água na rua, ou por causa do pneu inadequado, ou por uma falha nos freios, mas por uma intenção deliberada de Miguel, teríamos inequivocamente uma ação; do mesmo modo, se Lucia Helena não tivesse caído sobre Miguel, mas, ao contrário, tivesse se jogado sobre o namorado, então não há dúvida de que teríamos igualmente uma ação.

Ou seja: o que define a ação é a presença de intenção. A ação é definida pela *intencionalidade*.

Podemos agora decidir a respeito de quais acontecimentos são ações – percebendo, inclusive, que todas as ações são acontecimentos, mas nem todos acontecimentos são ações.

As ações têm um caráter fugidio que as impede de ser tratadas como coisas. As ações não são coisas. As coisas são entes concretos, as ações são entidades abstratas.

Como são entidades abstratas, não podem ser observadas como as coisas podem. Não podem ser manipuladas como as coisas podem.

A identificação da ação depende da identificação da intencionalidade do agente. Há dificuldade de identificar o tipo de ação em algumas espécies de acontecimentos porque nem todas as ações são premeditadas. Há ações que simplesmente são realizadas sem deliberação, sem raciocínio prático. John Searle (*Mente, cérebro e ciência*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 80) exemplifica: “numa conversa normal não se reflete sobre o que se vai dizer a seguir; simplesmente se diz. Em tais casos, há decerto uma intenção, mas não é uma intenção formada antes da realização da ação. É o que eu chamo uma intenção na ação. Noutros casos, porém, formamos intenções antecedentes. Refletimos sobre o que queremos”.

Quando Miguel acelera e muda a marcha, não racionaliza nem prevê claramente o ato de sua mão esquerda segurar o volante numa posição mais alta, nem o ato de sua mão direita largar o volante e se apoiar no câmbio, nem de seus dedos segurarem a alavanca com delicadeza ao empurrá-la para a marcha mais veloz. Simplesmente pelo

fato de as ações não serem “voluntárias” ou “intencionais” no sentido de “premeditadas”, não quer dizer que não haja “intenção” nelas. Dessa forma, pode haver ações intencionais ou voluntárias e ações não-intencionais ou involuntárias – e mesmo estas pressupõem intencionalidade na ação.

Além disso, como o conto pôde demonstrar, uma ação pode ser descrita de várias maneiras. Podemos dizer que as frases “eu guia velozmente com muita técnica no piso molhado”, “Miguel dirige rápido demais na chuva” e “o rapaz perigosamente aposta corrida sob o temporal” descrevem a mesma ação. Do mesmo modo, podemos dizer que “eu perdi o controle do carro”, “Miguel bateu na curva” e “o rapaz matou a moça” descrevem uma única ação.

Aí se encontra o fulcro do problema. “Eu perdi o controle do carro” é a descrição de uma ação involuntária, uma ação “sem intenção”. Contudo, “o rapaz matou a moça” é a descrição de uma ação voluntária, uma ação “intencional”. E ainda é a mesma ação. Como uma ação pode ser, ao mesmo tempo, intencional e não-intencional?

A filósofa inglesa Elizabeth Anscombe propôs (*Intention*. Cambridge: Harvard University Press, 2000) uma solução: as ações não podem ser consideradas, por si mesmas, intencionais ou não. A decisão sobre a intencionalidade ou a não-intencionalidade de uma ação depende sempre de uma descrição.

Assim, um acontecimento é uma ação somente quando há pelo menos uma descrição do evento que possa indicar a presença de inten-

cionalidade no agente. Quando não é possível uma descrição do evento, não se pode indicar se houve de fato uma ação ou se o evento aconteceu de forma não-intencional.

Isso significa que há situações em que não se pode atribuir responsabilidade aos agentes. Suponhamos que no local do acidente de Miguel e Lucia Helena não houvesse testemunhas e que ambos tivessem morrido. Não seria possível atribuir, por qualquer terceiro, responsabilidade sobre o acidente. Não, pelo menos, até que os peritos pudessem fazer uma descrição do que teria acontecido.

Por sinal, é por isso que existem os detetives forenses. A partir de um cenário no qual há apenas registro da consequência de um evento criminal, ou seja, a partir de um cenário do qual não se pode extrair qualquer informação a respeito da intencionalidade dos agentes, e conseqüentemente da responsabilidade dos agentes, os detetives procuram produzir uma descrição a mais verdadeira possível do evento. A partir da descrição é que se pode atribuir intenções e responsabilidades aos agentes envolvidos no evento.

No caso de não haver qualquer descrição possível, não se pode dizer que houve uma “ação”, mas apenas um “evento”. Este é o motivo pelo qual não pode haver uma condenação por homicídio quando não é encontrado o corpo da vítima ou quando não se consegue reunir provas da execução do ato. Se não é possível dizer como o homicídio aconteceu, então não se pode dizer que houve uma ação – mesmo que se possa dizer que houve um evento, mesmo que se possa até dizer que houve uma morte. Se não se tem o corpo, uma pro-

va ou uma testemunha, mas se sabe que houve uma morte, não se pode culpar a ninguém. A *causa mortis* poderia ser qualquer: desde um ataque do coração, a um acidente com asa-delta, passando pelas possibilidades de suicídio e de abdução por alienígenas.

Podemos, finalmente, chegar a uma resposta a respeito do problema da responsabilidade relacionada ao agente – e a resposta, agora, se afigura mais simples do que supúnhamos.

A responsabilidade sobre uma ação depende, em primeiro lugar, da *intenção* do agente. Quem, sem querer, causa dano a outra pessoa não pode ser responsabilizada do mesmo modo que aquele que causa dano intencionalmente.

Em segundo lugar, somente se pode falar a respeito da intenção do agente caso se tenha acesso a pelo menos uma descrição verdadeira do evento. Isso quer dizer que se não podemos dizer exatamente e com certeza como ocorreu o evento, então não se pode imputar intencionalidade aos agentes, e, portanto, não se pode julgar o grau de responsabilidade dos agentes no evento.

Fica claro que a decisão a respeito da responsabilidade do agente se refere às descrições do evento. Portanto, o problema da ação e da responsabilidade humana remete a outro, mais primordial: o problema da linguagem. Mas o problema da linguagem é, perdão pela graça, outro problema – e, para outro problema, outra aula.